



GT 020. Antropologia dos Povos e Populações Costeiras: Práticas Sociais, Territórios e Conflitos

José Colação Dias Neto (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Francisca de Souza Miller (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN) - Coordenador/a, Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE) - Debatedor/a, Marco Antonio da Silva Meilo (DAC/IFCS-UFRJ) - Debatedor/a, Leticia D'Ambrosio Camarero (Universidad de la Republica) - Debatedor/a

Grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras activities ? tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral ? s?o habitantes de regi?es costeiras e historicamente t?m sido impactados por diversos fen?menos. A expans?o metropolitana, os desastres ambientais de grandes propor?es, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em ?reas de interesse ecol?gico, s?o alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupa??o de territ?rios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Seus efeitos recaem sobre um grande contingente de fam?lias ou de cidades inteiras ? no que diz respeito ?s economias locais, gest?o p?blica e formas de participa??o pol?tica ? ou, com rela??o ?s suas dimens?es mais abrangentes, em maiores escalas, pois tratam-se de fen?menos globais ajustados ?s estruturas contempor?neas de explora??o de recursos naturais, seus modos de produ??o e administra??o e reparti??o de lucros por parte de grandes agentes sociais e mesmo por Estados. Reflex?es sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organiza??o pol?tica destas popula?es, suas estruturas econ?micas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais ? sobretudo ag?ncias estatais, organiza?es n?o governamentais e empresas ? s?o alguns dos aspectos que ser?o discutidos nesta activity.

Entre a consulta e a delibera??o: uma an?lise sobre o papel dos conselhos em unidades de conserva??o

Autoria: Tatiana Calandrino Maranh?o, Val?ria Penchel Ara?jo

Neste work, propomos discutir como a ideia da participa??o social tem sido incorporada na pol?tica ambiental brasileira atrav?s da cria??o e atua??o dos conselhos em ?reas decretadas como unidades de conserva??o. Para tanto, realizaremos uma an?lise comparativa acerca da implementa??o dessas pol?ticas a partir de pesquisas realizadas em dois contextos emp?ricos: a Reserva Extrativista Marinha - Resex-Mar do Arraial do Cabo e o Parque Nacional da Serra dos ?rg?os - Parnaso. Ambas as ?reas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, s?o consideradas como unidades de conserva??o federais. De acordo com a legisla??o ambiental, tais unidades devem contar com conselhos, que se apresentam como espa?os p?blicos para discuss?o das regras de uso do ambiente protegido. As ?reas consideradas de uso sustent?vel ou uso direto, como as Reservas Extrativistas, concedidas ?s popula??es extrativistas tradicionais, dever?o ser geridas por um conselho deliberativo que, de acordo com a lei, ser? presidido pelo ?rg?o p?blico ambiental respons?vel por sua administra??o e constitu?do por representantes de outros ?rg?os p?blicos, de organiza??es da sociedade civil e das popula??es tradicionais residentes na ?rea, consideradas benefici?rias. Neste sentido, o conselho deliberativo da Resex-Mar de Arraial do Cabo re?ne representantes de associa??es de pescadores, moradores, empresas voltadas ao turismo, bem como ?rg?os p?blicos. No ?mbito do conselho, se discutem as regras sobre a pesca e turismo n?utico e outras atividades inseridas no territ?rio (Ara?jo, 2018). Ainda de acordo com o SNUC, os conselhos deliberativos s?o respons?veis por aprovar o plano de manejo, o



documento oficial que estabelece as regras de uso do espaço. Por outro lado, as unidades de proteção integral, como parques nacionais, devem dispor de um conselho com poderes meramente consultivos. No caso do Conselho Consultivo do Parnaso, há também discussões sobre a organização do turismo, com ênfase ultimamente na concessão dos serviços públicos concedidos a uma empresa em 2010. (Calandrino, 2018) Importa-nos compreender de que maneira estes conselhos funcionam e qual papel exercem na gestão destas áreas pelo órgão ambiental. A partir do contraste entre os dois conselhos, é possível identificar similaridades e diferenças que nos permitem concluir que estes espaços nem sempre garantem uma participação social voltada aos interesses locais, mas podem atender a diretrizes definidas em espaços distintos, como a cúpula de órgãos públicos, privilegiando determinados empreendimentos políticos e empresariais. Desta forma, esperamos contribuir para a reflexão sobre como as formas de controle institucional do Estado em áreas consideradas de interesse ecológico vem reconfigurando o uso e a ocupação de territórios.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

